A CONEXÃO ENTRE CRISE ECONÔMICA E CRISE AMBIENTAL NO BRASIL

Nilo Luiz Saccaro Junior[1]

A crise enfrentada pelo Brasil em 2015, com retração do produto interno bruto (PIB) e redução da confiança no futuro, é resultado de desafios que vão além da economia: variáveis econômicas, políticas e ambientais interagem, causando a preocupante situação atual. Em relação ao componente ambiental, vale lembrar que o país se encontra há anos (desde antes do início da crise econômica) em um processo chamado por muitos de crise ambiental. Tal processo resulta de desafios ambientais que, quando deixados de lado, afetam fortemente a economia.

Muitos são esses desafios. A incapacidade de gerir resíduos causa poluição do solo e da água, prejudica a agricultura e aumenta os gastos com tratamentos de água e de saúde. A redução do Cerrado afeta a regularidade das chuvas no Sudeste e causa a crise hídrica, atingindo diretamente a população, a agricultura e a indústria. A substituição de florestas por pastos e plantações na Amazônia resulta, na maior parte dos estados, em uma agropecuária pouco produtiva, capaz de esgotar rapidamente os solos e piorar os problemas sociais da região, além de contribuir para os desequilíbrios climáticos em outras regiões do país. O desmatamento é fator determinante para a crise energética, pois causa desequilíbrio hídrico, que afeta a geração de energia hidrelétrica – as hidrelétricas respondem por mais de dois terços da eletricidade produzida no país –, diminuindo a produção e aumentando os preços, o que, por sua vez, causa maior inflação e menos movimentação econômica. A degradação de ecossistemas em regiões de serras também interfere na regulação local do sistema hídrico, tornando muitas áreas das regiões Sul e Sudeste altamente vulneráveis a eventos extremos, como inundações e deslizamentos, impondo altíssimo custo em termos de vidas perdidas e desaceleração da economia local. A introdução de espécies exóticas elimina espécies nativas e reduz a produtividade tanto dos ecossistemas naturais quanto dos agrícolas, ao interferir na taxa de polinização e no controle natural de pragas. O uso inadequado do solo em regiões do Nordeste e do Sudeste causa desertificação, que inviabiliza a agricultura local e contribui para a seca sistêmica do semiárido, que há décadas exclui da economia boa parte da população brasileira e impõe a necessidade de gastos cada vez maiores com saúde e proteção social.

1. Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea.

A crise ambiental e suas implicações são causadas, em grande medida, por uma visão errônea: a de que a conservação ambiental é um custo para a economia. A fim de esclarecer o erro desta visão, comecemos com uma breve história verídica, que fornece uma boa analogia para a situação brasileira – e mundial – de hoje.

Em um ponto isolado do oceano Pacífico, existe uma pequena ilha. Por volta do ano 800 depois de Cristo (d.C.), chegaram ali os primeiros seres humanos, vindos da Polinésia. Encontraram um ambiente com florestas de árvores grossas e palmeiras gigantes, habitada por muitas espécies de tartarugas marinhas e de pássaros, alguns muito grandes e incapazes de voar. Os novos habitantes trouxeram consigo algumas plantas domesticadas e alguns ratos como clandestinos nas canoas. No início, a caça e a coleta forneceram quase todos os alimentos necessários, mas o aumento populacional resultou em consumo cada vez maior que reduziu esse recurso. Os ratos, uma espécie exótica contra a qual as espécies nativas não tinham qualquer proteção, gradativamente exterminaram os pássaros e as tartarugas restantes, ao consumirem seus ovos. A agricultura então floresceu, permitindo um aumento populacional ainda mais rápido e iniciando o desmatamento da ilha. Em algumas centenas de anos, a ilha passou a abrigar dezenas de milhares de pessoas. Em algum momento desse período, os habitantes começaram a construir gigantescas estátuas de pedra, chamadas moais. A essa tarefa dedicava-se boa parte da população, que usava troncos de árvores como rolos para transportar as estátuas. O número de árvores começou a ficar cada vez menor. A produção de moais cessou e as técnicas empregadas foram esquecidas. A ausência de árvores impediu a produção de canoas, o que, por sua vez, inviabilizou a pesca. Sem a vegetação para proteger os solos, a chuva arrastou todos os nutrientes da terra para o mar, dificultando a agricultura. A fome e as disputas por alimento gradualmente reduziram a população a cerca de 2 mil habitantes, que foi o que os europeus encontraram quando desembarcaram na ilha, no domingo de Páscoa de 1722 (Diamond, 2005).

Inúmeros são os paralelos que podemos fazer entre a história desse pequeno ponto de terra no oceano com a história do Brasil, a começar por um desenvolvimento baseado na destruição de seu capital natural.[2] Seria o ambiente um limitante à economia que criou os moais, ou o limitante estaria, em certo sentido, na própria incapacidade desta economia em direcionar suas atividades de maneira a não exaurir a própria base em que se assentava? É provável que a civilização da Ilha de Páscoa não tenha percebido as implicações econômicas e sociais da forma como manejava seu ambiente. Mesmo que as tenham notado, as forças que elegeram a fabricação de estátuas como atividade principal foram tão intensas que não permitiram a migração para outras atividades, igualmente capazes de engajar a sociedade sem extinguir as árvores.

Diferentemente dos insulares pascoenses, entretanto, aos brasileiros de hoje não falta capacidade técnica para conhecer e medir os riscos ambientais. As disputas relacionadas ao ambiente, como exemplo aquelas que afloram ao redor da temática do licenciamento ambiental, derivam mais da governança dos sistemas brasileiros de gestão do que de dificuldades técnicas ou de uma legislação inadequada. Atividades econômicas alternativas, que movimentam a economia sem exaurir o capital natural, também já são estudadas, embora muitas vezes não sejam de fácil implementação. É como se os brasileiros já soubessem manejar adequadamente a floresta e já tivessem em vista uma atividade para reduzir a importância da confecção de estátuas.

2. Um conceito que remete ao estoque de recursos naturais capaz de gerar um fluxo de serviços úteis aos seres humanos. Estes serviços, em última análise, tornam possível a própria economia. Embora seu valor seja inegável, é muito difícil e controverso estimá-lo em termos financeiros.

O mais interessante, como veremos a seguir, é que as decisões que promovem as necessárias mudanças de longo prazo podem tirar partido da crise econômica ao mesmo tempo em que favorecem sua superação no curto prazo.

A atual crise econômica acaba por provocar efeitos negativos e positivos sobre o ambiente. Os negativos resultam da pressão para redução do controle ambiental das atividades econômicas, como se em um momento de crise fosse possível um empréstimo do capital natural, a ser pago em uma época economicamente mais favorável. De volta à analogia, é como os pascoenses pensando que deveriam cortar mais árvores para transportar moais porque isso melhoraria sua relação com os deuses e estes fariam com que as árvores e as lavouras crescessem mais rápido. Da mesma maneira, os brasileiros parecem esperar que a economia do futuro seja capaz de sanar toda a destruição ambiental do presente. As duas atitudes são quase que igualmente temerárias.

O empréstimo do capital natural vem sendo feito há tempo demais no Brasil. Continuar nesse caminho é causar efeitos adversos que podem impactar na produtividade econômica tanto no curto prazo, dificultando a saída da crise, quanto no longo prazo, afundando ainda mais o país em um círculo vicioso ambiental. Como ficou claro desde a publicação do Relatório Bruntland (WCED, 1987), degradação ambiental e pobreza retroalimentam-se.

Os efeitos ambientais positivos da crise econômica, entretanto, são resultantes da natural redução do consumo durante uma depressão, que reduz também a geração de resíduos e a pressão sobre os ecossistemas. Isso pode ser visto como a oportunidade para se repensar o panorama econômico, avançando em direção a alternativas de crescimento menos agressivas ambientalmente. Foram essas alternativas que a Comunidade Europeia procurou estimular durante a crise econômica de 2008, por meio de investimentos e desonerações em setores industriais considerados "verdes". Um exemplo foi a produção de eletricidade a partir da energia solar, que obteve grande sucesso na Alemanha, tornando-se uma vantagem econômica e tecnológica. Essa priorização de setores ambientalmente interessantes foi chamada *green new deal*, em alusão ao *new deal* promovido pelos Estados Unidos para vencer a grande crise econômica de 1929 (Acisi e Bünül, 2012).

O Brasil apresenta potencialidades econômicas "verdes" ainda inexploradas, como o uso econômico da biodiversidade, a reciclagem e a geração de energia a partir do lixo, o aproveitamento de fontes de energia limpa, como a eólica e a solar, entre outras. Estas potencialidades mereceriam especial atenção e estímulo no caminho para uma economia ambientalmente mais amigável.

As políticas anticíclicas, como a do *green new deal* europeu, geram um aumento de gastos no momento de crise, o que pode ser considerado inadequado na atual conjuntura. Mesmo assim, os incentivos podem existir, ainda que baseados apenas em desonerações de atividades hoje quase inexistentes que, por isso, geram muito poucas divisas, mas poderiam participar de um esforço ativo de atração do capital externo. Este é o caso, por exemplo, da biotecnologia voltada a espécies brasileiras, da geração de créditos-carbono com alternativas de gestão de lixões, extrativismo de produtos florestais não madeireiros e do ecoturismo.

Em alguns casos, o estímulo não precisaria nem mesmo ser financeiro, mas apenas no sentido de gerar um ambiente mais favorável à atividade. Isso é o que acontece no caso da bioprospecção – pesquisa biotecnológica sobre os seres vivos, com finalidade de gerar fármacos, cosméticos e outros produtos industrializados, que movimentam mercados bilionários ao redor do mundo. A principal dificuldade da bioprospecção tem sido a permanência de um

cenário regulatório inadequado ao longo dos últimos anos, algo que pode ser aprimorado sem grande custo financeiro (Saccaro Junior, 2013).

O extrativismo não madeireiro, por sua vez, movimenta uma economia ainda pouco conhecida e subestimada (Idesp, 2010). Essa atividade pode se aproveitar da atual alta do dólar, que favorece as exportações. Para tanto, bastaria um esforço governamental para conectar os extrativistas a novos mercados internacionais, criando plataformas de interação que agregariam valor aos produtos da floresta, consolidando suas cadeias produtivas sem a necessidade de grandes investimentos financeiros.

Situação análoga ocorre com o ecoturismo, ainda pouco explorado e com potencial mercadológico praticamente desconhecido no Brasil (Oliveira, 2014). A desvalorização cambial, que atrai turistas estrangeiros, pode ser uma vantagem para o desenvolvimento dessa atividade.

As três atividades mencionadas, quando realizadas de forma sustentável, podem movimentar a economia, ao mesmo tempo em que geram recursos para a conservação de ecossistemas. Como boa parte dos ecossistemas envolvidos está em regiões pobres do Brasil (principalmente Norte e Nordeste), ocorre ainda um grande potencial de redução da vulnerabilidade social de comunidades locais, que devem participar de tais atividades.

No universo de soluções para gestão de resíduos sólidos, além das iniciativas de reciclagem e produção de energia a partir do lixo, despontam algumas discussões sobre o uso de metodologias de análise de ciclo de vida (ACV) de produtos na tomada de decisões. A imposição de ACV a determinados setores, com finalidade de regulação, tem sido criticada pela possibilidade de gerar mais custos aos produtores (Coelho-Filho, Saccaro Junior e Luedemann, 2015), algo a ser evitado em um contexto de crise. Há, entretanto, setores exportadores específicos que enfrentam dificuldades justamente devido a exigências de ACV impostas por países importadores. Nesses casos, um auxílio governamental na forma de capacitação técnica para desenvolvimento da ACV poderia teria baixo custo e seria imediatamente favorável, especialmente em um cenário de real desvalorizado. Isso geraria divisas no curto prazo e, no longo prazo, constituiria um passo para a difusão de uma cultura de redução do uso de materiais e resíduos, um dos objetivos da atual Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Também dentro de políticas de austeridade é possível uma sinergia para vencer ao mesmo tempo a crise econômica e a ambiental. Se a opção for ampliar a arrecadação para realizar o ajuste fiscal, é possível direcionar aumentos de impostos para atividades de alto impacto ambiental, favorecendo a arrecadação e, ao mesmo tempo, controlando externalidades negativas. Um imposto sobre carbono, por exemplo, que vem sendo defendido internacionalmente (Marron e Toder, 2014), favoreceria os objetivos de longo prazo do Brasil no cenário de compromissos internacionais relativos às mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, impulsionaria o desenvolvimento de setores industriais voltados à produção de energia renovável.

Ainda dentro de uma política de austeridade, outra decisão que favorece o ambiente seria reduzir os subsídios indiscriminados à indústria automobilística, direcionando-os apenas a tecnologias que reduzam emissões. Quanto aos investimentos em infraestrutura, caso haja redução, ela deveria ser menor para ações que permitem alternativas coletivas de transporte. Neste sentido, do ponto de vista exclusivamente ambiental, aumentar a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis fósseis seria uma alternativa mais adequada do que impostos nos moldes da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que penalizam o consumo em todas as suas formas. Além de reduzir a

emissão de gases do efeito estufa, a Cide favoreceria a retomada das indústrias sucroalcooleiras – um setor industrial com significativo impacto na economia.

Uma possível crítica à abordagem de impostos ambientais para arrecadação advém de uma característica das cobranças que tentam controlar externalidades, conhecidas como impostos pigouvianos. Este tipo de imposto tende a perder sua capacidade de arrecadação no longo prazo, pois os agentes adaptam os processos produtivos para o sentido desejado. Essa particularidade, entretanto, longe de ser desvantagem, é especialmente interessante neste momento, pois favorece a arrecadação imediata no período de crise, ao passo em que automaticamente reduz gradualmente seu peso e promove adequação dos processos produtivos ao longo do tempo.

Uma vez evidenciado que o bom funcionamento do ambiente é condição é imprescindível para a manutenção do crescimento da economia, fica mais fácil tomar decisões político-econômicas que incorporem a variável ambiental. Muitas das alternativas que se apresentam são capazes de conciliar os interesses brasileiros de curto e de longo prazos, o que deve ser visto como uma oportunidade que a conjuntura atual oferece. Este ensaio apresentou alguns exemplos, mas buscar outras possibilidades e trabalhar para sua implementação é tarefa fundamental que pode nortear a relação entre órgãos voltados à gestão econômica e à gestão ambiental dentro do governo. Apenas essa sinergia será capaz de solucionar a crise econômica atual, ao mesmo tempo em que permitirá a superação de desafios ambientais de longo prazo, evitando o erro que vitimou a antiga civilização da Ilha de Páscoa e diversas outras sociedades ao longo da história.

REFERÊNCIAS

AŞICI, A. A.; BÜNÜL, Z. Green new deal: a green way out of the crisis? **Environmental Policy and Governance**, v. 22, p. 295-306, 2012.

COELHO-FILHO, O.; SACCARO JUNIOR, N. L.; LUEDEMANN, G. O uso da ACV nas políticas públicas: estratégias e modos de implementação da análise de ciclo de vida no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 12, p. 29-35, 2015. No prelo.

DIAMOND, J. **Collapse**: how societies choose to fail or succeed. New York: Viking Penguin Press, 2005.

IDESP – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Estudo das cadeias de comercialização de produtos florestais não madeireiros no estado do Pará**: relatório técnico 2008-2009. Belém: Idesp, 2010.

MARRON, D. B.; TODER, E. T. Tax policy issues in designing a carbon tax. **American Economic Review**, v. 104, n. 5, p. 563-568, 2014.

OLIVEIRA, F. T. **Desafios do serviço florestal de ecoturismo no Brasil**: perspectivas de desenvolvimento nas florestas nacionais da Amazônia. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SACCARO JUNIOR., N. L. A regulação do acesso a recursos genéticos no Brasil: sugestões para um novo cenário. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 194-214, 2013.

WCED – WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford Paperbacks, 1987.